

Análise de rentabilidade do investimento em empresa prestadora de serviços: estudo de caso utilizando o conceito EVA (*Economic Value Added*)

Rodney Wernke

Após caracterizar os principais aspectos relacionados ao conceito de EVA (*Economic Value Added*), o artigo apresenta um estudo de caso em que foi demonstrada a aplicabilidade prática do EVA em empresa prestadora de serviços de pequeno porte. São evidenciados os detalhes das etapas necessárias como a coleta dos dados e respectivas fontes, os cálculos pertinentes e são comentados os resultados encontrados e as vantagens e limitações da metodologia empregada.

Orçamento como ferramenta de controle para micro e pequenas empresas

Samuel Carlos Felisbino

O presente artigo trata dos problemas enfrentados pelas micro e pequenas empresas em nosso País. Hoje, no Brasil, fala-se em *Balanced Scorecard* e *Tbleau de Borb*, ferramentas de controle que se aplicam a grandes empresas em todo o mundo. Mas, normalmente, as pequenas e micro empresas responsáveis por mais de 60% dos empregos formais em nossos País e no mundo são esquecidas. É que, na maioria das vezes, morrem antes de completar cinco anos de vida. Este fato dá-se em virtude da falta de planejamento e controle financeiros de seus recursos. O artigo traz ainda dados atualizados da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, que mostra os números referentes a abertura e fechamento de empresas em nosso Estado, desde micro até grandes empresas. Aborda também críticas de autores como Josir Simeone Gomes e Joan M. Amat Salas, que destacam em sua obra *Controle de Gestão – uma abordagem contextual e organizacional* (1999) a não-inclusão, por parte dos grandes autores de nossa área em todo o mundo, das micro, pequenas e médias empresas, além das instituições sem fins lucrativos, em suas obras.

Os mitos derrubados pela crise de credibilidade

Olívio Koliver

O desencadeamento da crise de credibilidade. Os problemas ocorridos com diversas empresas norte-americanas – com destaque nos meios de comunicação para a Enron, World Com, Global Crossing, Kmart, Vivendi Universal, Merck, sabe Deus quantas mais, cujos nomes não foram divulgados – deflagraram verdadeira crise de credibilidade, que alcançou, inicialmente, a veracidade e a expressividade das demonstrações contábeis e os trabalhos de auditoria externa independente, alastrando-se, gradativamente, para a profissão contábil como um todo. A independência e a correção dos trabalhos de auditoria externa foram contestadas em alto grau, notadamente nos Estados Unidos, com o uso de expressões contundentes, conforme verificamos nos escritos que recebemos daquele País, o que é compreensível pelo efeito do episódio sobre o mercado de ações, alcançando diretamente o cidadão comum, habituado a nele investir, seja pessoalmente ou por intermédio de fundos, com vistas à garantia do seu futuro, tanto em termos de situações emergenciais quanto de aposentadoria. Mas, de repente, ocorre uma verdadeira catástrofe, abaladora das mais sólidas convicções, que se evidenciaram frágeis nos seus alicerces e suscitaram discussões em termos mundiais, ainda não- terminadas. Os acontecimentos revelaram-se tão graves que, apesar de tergiversações, de tentativas de imputação dos problemas a pessoas isoladas, da destruição de documentos, etc., tudo largamente publicado na imprensa, resultaram no desaparecimento de uma das chamadas *Big Five*, a Arthur Andersen, organização sobre a qual ninguém ousaria levantar qualquer suspeita de natureza ética em época anterior aos fatos em análise.

Uma contribuição à formação de preços de venda

Rogério João Lunkes

A formação dos preços de venda dos produtos ou serviços obedece a vários métodos e estratégias; no entanto, a mais antiga estratégia e, conseqüentemente, a mais usada é a formação de preços por meio da apuração dos custos dos produtos ou serviços. No mercado, o preço exerce grande influência na decisão de compra; portanto, as empresas devem ter cuidado na sua determinação. Entre os inúmeros métodos de formação de preço de venda, é necessário escolher aquele que possibilita compatibilizar crescimento nas vendas com lucratividade. Entretanto, há no mercado clientes que não são sensíveis ao preço, procuram no produto ou serviço outras características que lhe tragam maior satisfação. O trabalho procura explorar como estas características vão interferir nos métodos convencionais de formação de preço de venda.

Despesas públicas: reflexos da inscrição de restos a pagar no balanço orçamentário do Governo Federal

Maurício Correa da Silva

A administração pública adotou o regime de caixa para as receitas efetivamente ingressadas no exercício financeiro e o regime de exercício e/ou de competência para as despesas empenhadas pagas e não-pagas, constituindo o total das despesas executadas no exercício financeiro, consoante o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. O art. 38 da referida lei estabelece que se reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício e que, quando a anulação ocorrer após o encerramento deste, será considerada receita do ano em que se efetivar. Neste contexto, há uma modalidade de receita que não transita pela arrecadação. As despesas inscritas em restos a pagar são consideradas despesas realizadas e incluídas no Balanço Orçamentário e podem ser pagas ou canceladas no exercício seguinte. Desse modo, havendo cancelamento de despesas de restos a pagar, o Balanço Orçamentário não reflete a realidade das despesas realizadas no exercício em questão. O Balanço Orçamentário deverá ser o instrumento pelo qual se demonstra a execução orçamentária, em atendimento e de acordo com as especificações da lei do orçamento (receitas e despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas). Como evidenciar essa situação, haja vista que pertencem ao exercício as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas (restos a pagar)? No ano de 2001, as despesas executadas por tipo de crédito do Governo Federal foram de R\$ 594.149 milhões (anexos 1 e 2) e a inscrição de restos a pagar totalizou-se em R\$ 24.257 milhões, sendo cancelado, até junho de 2002, o montante de R\$ 2.549 milhões (anexo 3). Desse modo, o Balanço Orçamentário de 2001 apresentou uma despesa executada que não foi real.

A utilização do custo-alvo nas empresas como esperança de obter vantagem competitiva

Robson de Souza Linhares

Conseguir vantagem competitiva em uma indústria é uma premissa para o desenvolvimento do planejamento estratégico de uma empresa. Uma das formas de obtenção de vantagem competitiva, além da diferenciação, é manter os custos em um patamar inferior ao dos concorrentes. Um competente sistema de gerenciamento de custos direciona a empresa a atingir uma posição de destaque no mercado, sendo um dos caminhos para que a liderança na indústria seja atingida. O custo-alvo, como um sistema de gerenciamento dos custos baseado no preço que o mercado está disposto a pagar, possui características semelhantes à abordagem estratégica. O envolvimento de todos os setores da empresa na determinação do custo-alvo faz com que ocorra uma integração com a administração do lucro e, conseqüentemente, manutenção e comprometimento com o aumento da rentabilidade da empresa. O objetivo deste artigo é

apresentar um referencial teórico sobre este tipo de vantagem competitiva e fazer uma abordagem do custo-alvo visando estudar a colaboração deste método na obtenção de vantagem competitiva.

Elementos operacionais e não-operacionais nas demonstrações contábeis

Clóvis Luís Padoveze e Gideon Carvalho de Benedicto

As demonstrações publicadas de acordo com o formato aprovado pelos órgãos regulatórios, tanto da esfera governamental quanto da classe contábil, apresentam as rubricas denominadas Lucro Operacional e Resultados Não-Operacionais. O objetivo desta evidenciação e classificação é destacar os aspectos ligados aos resultados decorrentes das atividades normais da empresa, ligadas aos seus objetos principais, que são considerados operacionais, dos demais resultados ocorridos dentro de um período contábil. O presente estudo discute essas questões, considerando o conceito de operacionalidade ligado às atividades empresariais, e o conceito de operacionalidade ligado à análise da rentabilidade do investimento, mostrando que o conceito de operacionalidade pode ser visto de forma diferente, se adotados pontos referenciais diferentes.

Avaliação do professor de Contabilidade - algumas considerações

Udo Strassburg

Neste trabalho, procurou-se evidenciar a avaliação do professor, destacando os tipos de professores de nível superior, e, na seqüência, foi feito um paralelo com a atual situação dos professores dos cursos de Ciências Contábeis. Foi descrito também o perfil esperado do professor de Contabilidade, destacando as características e habilidades necessárias para este, confrontando com as particularidades dos cursos de Ciências Contábeis. Foram sugeridas, ainda, outras formas de avaliação docente, que complementam a avaliação formal do tipo questionário.